

Carta do Editor

Este número da *Desenvolvimento em Debate* inclui artigos que discutem, de diferentes maneiras, os desafios de construção de um Estado Desenvolvimentista, seja analisando políticas setoriais do processo de desenvolvimento ou confrontando o estado da arte da teoria sobre crescimento e desenvolvimento.

O artigo de Ricardo Lopes da Luz Korb e Moisés Balestro, *Fragmentação e convergências: a agenda da inovação da Câmara e no Senado*, investiga a visão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sobre desenvolvimento no Brasil, no período de 2008 a 2018. Partindo da apresentação da estabilidade política e suprapartidária vinculadas à inovação na experiência da Alemanha, e utilizando o marco teórico de convenções sobre desenvolvimento, como formulado por Fábio Erber, os autores indagam qual seria o grau de consenso e de convergência ideacional e política no que concerne aos temas relacionados com a construção de uma agenda de inovação no parlamento brasileiro, concluindo que há diferenças significativas no que cada partido e setor ideológico do Brasil entende por inovação. A contribuição de Korb e Balestro representa, assim, uma interessante análise aplicada das ideias e os discursos dos atores diretamente envolvidos nos processos de políticas; nesse caso particular, de inovação.

A seguir, Eduardo Remetente Graciano Geque, Renata la Rovere e Nivalde José de Castro, autores do artigo *Avaliação de políticas públicas nas economias dependentes: uma proposta metodológica*, apresentam uma discussão teórica que indaga sobre o processo de avaliação de políticas públicas no contexto particular das economias dependentes. Os autores realizam uma revisão crítica da literatura com o objetivo de analisar as metodologias usadas para a avaliação das políticas nas economias dependentes, concluindo que tanto as metodologias positivistas, como as pós-positivistas de avaliação de políticas são importantes na avaliação de políticas públicas, pelo enfoque diferenciado que cada uma delas faz. Em outra ordem, avançam no sentido de propor que o processo de avaliação tenha em conta a situação que os autores denominam “relações informais de poder”, ou seja, influências externas no ato de tomada de decisão sobre as políticas públicas. O artigo apresenta os diferentes tipos de avaliação de políticas públicas e descreve as relações de poder que podem ocorrer na implementação no âmbito de economias dependentes.

O terceiro artigo do volume, *Public goods as drivers of growth/development*, de Lionello Punzo, apresenta uma discussão teórica sobre os motores do crescimento e desenvolvimento econômico focando especificamente sobre a provisão de bens públicos, puros e não puros. Nesse sentido, o artigo avança em uma interessante discussão sobre o papel imperfeito do mercado como alocador de bens públicos, a existência estendida de bens por fora do mercado e o lugar não excludente do mercado como alocador dos bens. Punzo contribui, desse modo, para o debate sobre o mercado e o Estado nas políticas de desenvolvimento.

Na sequência, Antônio Márcio Buainain, Arilson Favareto, Junior Ruiz Garcia e Pedro Abel Vieira Junior, autores do artigo *Desafios para uma agricultura sustentável: abordagem baseada nos biomas brasileiros*, apresentam uma discussão sobre os desafios para avançar rumo a uma prática sustentável da agricultura no Brasil baseada nos biomas, definidos como espaços caracterizados pela homogeneidade ambiental. Para isso, apresentam as características dos diferentes biomas e salientam uma ampla lista de entreves à maior sustentabilidade, considerando as dimensões ambiental, institucional, econômica e social. O artigo enfatiza a importância de promover o crescimento da elevação sustentável e a diversificação dos sistemas produtivos dos diferentes biomas, apoiando a transição para padrões de uma nova agricultura. Ao mesmo tempo, recuperam a importância da integração entre as diferentes unidades de produção e a necessidade de fomentar os pequenos produtores, criando ambientes institucionais favoráveis e apoiando estratégias de diversificação produtiva. Por fim, pregam pela adoção de um pensamento estratégico que avance para a integração das diferentes dimensões.

A seguir, no artigo *O novo marco legal de ciência, tecnologia e inovação no Brasil: desafios para a universidade*, Ana Maria Nunes Gimenes, Maria Beatriz Machado Bonacelli & Marta Delpino Bambini apresentam uma discussão sobre a legislação recente sobre ciência, tecnologia e inovação no Brasil, explorando, de um lado, o novo marco legal de ciência e tecnologia e, de outro lado, a atuação das universidades no sistema nacional de inovação. As autoras concluem que houve avanços representados pelo marco legal sublinhando, no entanto, há necessidade de uma mudança substancial no posicionamento dos atores em relação às atividades de inovação. Assim, consideram importante um envolvimento ativo das universidades e empresas nas atividades de geração e transferência de tecnologia, uma integração dos diferentes órgãos e agências de financiamento para um melhor aproveitamento das possibilidades que representam o marco legal de ciência e tecnologia bem como o desenvolvimento de uma cultura e ambiente institucional propício para impulsionar a inovação.

Por fim, o volume inclui duas contribuições teóricas de dois renomados pesquisadores do Estado desenvolvimentista. No primeiro, Robert Wade, autor do instigante artigo *O Estado desenvolvimentista: vivo ou morto?*, analisa os desafios do Estado desenvolvimentista em perspectiva histórica em diferentes momentos. O ensaio

compara o papel do Estado e do Mercado no período desenvolvimentista anterior aos anos 1980 e no período neoliberal. Analisando as experiências do sul-este asiático, Wade argumenta que os antigos Estados desenvolvimentistas da região mudaram, mas não se transformaram em Estados neoliberais. Em vez disso, eles se adaptaram e evoluíram, mas ainda assumem papéis de “missão social” de direção de mercado, muito além dos limites neoliberais. O ensaio também sugere como outros países em desenvolvimento podem aprender lições dessa experiência.

O artigo de Fred Block, *Tornar o Estado visível*, investiga a história econômica da modernidade a partir da verificação de um erro bastante comum na literatura sobre desenvolvimento: negligenciar o papel fundamental do Estado na criação de economias de mercado modernas, situação que levou a visões de justificar o papel do Estado perante as “falhas do mercado”. O autor afirma ser necessário recuperar o papel central do Estado na modernidade econômica. Para isso, o artigo se debruça sobre três áreas nas quais o Estado moderno desempenhou e continua desempenhando um papel fundamental: a provisão de dinheiro e crédito, a construção de infraestrutura, o fomento da produção e o apoio aos processos inovadores (estratégico na formação e difusão de tecnologia). Block apresenta, assim, uma discussão chave para a conformação de Estados desenvolvimentistas, desmistificando a ideia do mercado como natural e avançando no tocante ao papel estratégico do Estado.

Flavio Gaitán